

A crise e suas alternativas

Hélio Jaguaribe *

Há um consenso básico, neste país, no tocante às principais características de sua crise. Uma superinflação crônica, constantemente ameaçando converter-se numa explosiva hiperinflação, manifesta o desequilíbrio estrutural das contas públicas e a perda de confiança na moeda. Num plano mais profundo, o dualismo básico da sociedade brasileira está ultrapassando os limites de possibilidade da composição consensual dos conflitos sociais. O Estado brasileiro, que foi o mais moderno do Terceiro Mundo, da década de 40 à de 70, entrou, a partir da seguinte, num acelerado processo de degradação, tendo-se tornado, presentemente, um estado insolvente, incompetente e corrupto. A economia, erodida pela inflação crônica e debilitada pela decadência do Estado, depois de haver acusado, no período precedentemente referido, uma das mais altas taxas de crescimento registradas neste século, tornou-se uma economia estagnada e sem atuais perspectivas de desenvolvimento. Acentua-se o atraso científico-tecnológico do país, num momento de vertiginosas inovações. Rigidificam-se, por outro lado, as estruturas cartoriais de um corporativismo que infesta todas as nossas classes sociais. A tudo isto se agrega o crescente descredito do governo, em que, a despeito de boa orientação do discurso do presidente Collor, são escassas as figuras que comandem respeito público por sua competência e idoneidade e em cuja capacidade de enfrentar a crise o país não acredita mais.

Um povo profundamente otimista, que sempre teve fé no seu futuro, se tornou, depois de cerca de 12 anos de continuada crise, pessimista e descrente. A crise está afetando seriamente o moral e a moral do povo brasileiro. Um país que foi, desde sua descoberta, um dos maiores centros imigratórios do mundo, está-se tornando uma terra de emigrantes. Fogem os capitais em vez de para aqui continuarem afluindo; estimando-se em mais de 30 bilhões de dólares os ativos brasileiros já acumulados no exterior.

Empresários desanimados começam a abrir escritórios fora do Brasil, por falta de segurança e perspectivas, neste país. A juventude, num quadro de recessão e de desemprego, busca em outras terras as oportunidades que não encontra mais nesta.

Ao consenso, no tocante às principais características da crise, se está somando um outro; o de que a presente desagregação geral das coisas não pode continuar, nem mesmo a relativamente curto prazo. Ou se adotam, prontamente, medidas apropriadas para a superação da crise e o acelerado encaminhamento do país na direção de seu desenvolvimento econômico, social e político, ou se perderá o controle sobre os acontecimentos, já no próximo ano.

Ante essa terrível crise, abre-se um restrito número de alternativas. A primeira e decisiva diz respeito a se venha ou não a se lograr, nestes últimos dois meses do ano, um consenso básico a respeito do elenco de medidas necessárias para sair da crise, assegurando-se, no governo, no Congresso e na sociedade civil, condições suficientes para a efetiva

implementação de tais medidas. Neste caso, o ano de 1992 será um ano difícil, mas carregado de esperanças, abrindo-se uma ampla perspectiva de desenvolvimento geral do país, na segunda metade do mandato do presidente Collor. Uma perspectiva que permite que o Brasil, prosseguindo nesse rumo, supere definitivamente seu subdesenvolvimento, num prazo da ordem de 15 anos — um prazo historicamente muito curto.

Se não se lograr esse consenso básico, há fortes probabilidades de que a aceleração da crise, no curso de 1992, conduza a uma explosão social. Hiperinflação, gerando greves selvagens, que paralisarão os serviços públicos, ante um governo desacreditado e impotente, produzirá uma situação em que as grandes massas deixarão de ter acesso à sua alimentação básica. Em poucos dias, as cidades brasileiras estarão em chamas, com multidões assaltando os supermercados e as casas da classe média. A população, apavorada, clamará aos brados pela restauração, *manu militari*, da ordem pública. E os militares, que não estão conspirando nem aspirando a retornar ao poder, terão necessariamente de intervir, se é que logrem conservar, no caos social que se irá constituir, suficiente capacidade de mobilização de suas tropas.

Uma alternativa, a meu ver menos provável, mas possível, seria a de um quadro de acelerada decadência geral de todas as coisas, sem se chegar ao ponto de ruptura de uma grande explosão social. Neste caso, o país se depararia com um rápido esvaziamento de seus principais ativos; maciça fuga de capitais, de empresários, de técnicos e de quantos

logrem alguma forma de vida no exterior. O Brasil entraria num crescente e dificilmente reversível processo de mergulho na condição de país do Quarto Mundo.

Mas há uma saída. Ainda que difícil, todos sabemos que há uma saída. Qual o caminho para essa estreita porta da salvação? Em termos abstratos, mais uma vez observa-se amplo consenso no tocante às características fundamentais da saída, que necessariamente consiste na combinação de um programa tecnicamente competente de superação da crise com um suficiente apoio político, no Congresso e na sociedade civil, que permita a implementação desse programa.

A partir dali, as opiniões se dividem. Uns entendem que o acordo político tem de preceder à formulação do programa. Outros acham que, dada a complexidade dos problemas em jogo, é necessário, primeiro, formular-se um sério e consistente programa de superação da crise para, em seguida, em torno desse programa, se armar um acordo político. As discrepâncias continuam, implicando distintas terapêuticas para o controle da inflação, em diferentes entendimentos de como se deva estabelecer um acordo político, com ou sem participação no governo, com maior ou menor taxa de confiança no presidente Collor etc. etc.

Entretanto, implacavelmente, o tempo se está esgotando. Nesta angustiosa situação, algumas poucas pessoas jogam um papel decisivo. Essas pessoas, sem prejuízo de outras lideranças modernas, são, por um lado, três homens públicos: o Presidente Collor, o gover-

nador Fleury e o presidente do PSDB, ex-governador Tasso Jereissati. Por outro lado, uma pequena equipe de homens do mundo acadêmico, alguns dos quais eventualmente nos quadros da administração pública, que dispõem da capacitação e da idoneidade necessárias para formular e gerenciar um consistente programa de superação da crise.

Não há tempo a perder. A responsabilidade primeira da iniciativa cabe, sem dúvida, ao próprio presidente Collor. A ele compete convocar os Srs. Fleury e Jereissati, que dispõem, em conjunto, de condições para armar um acordo político e lhes propor o encaminhamento desse acordo. Cabe a algumas figuras da equipe técnica a responsabilidade de prontamente delinear um esboço de programa, para apreciação das lideranças políticas. E cabe a líderes políticos como os Srs. Jereissati e Fleury, se não forem convocados pelo presidente Collor, nestes próximos dias, o dever de atuarem por conta própria, formulando as bases de um acordo político e mobilizando a equipe técnica para a elaboração das linhas mestras do programa de superação da crise. Em seguida, o presidente Collor terá de decidir se incorpora o programa e o acordo, liderando o país para a superação da crise, ou se prefere manter o *status quo*. Neste caso, o projeto de acordo político terá de ser reajustado, de sorte a ser executado sem ou contra o presidente Collor. O que o país não pode aceitar é suicidar-se por conta da inépcia ou da malícia de alguns.